

**Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)**



**EDUCAÇÃO:  
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO  
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
6**



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 6  
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-776-5

DOI 10.22533/at.ed.765212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da  
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

APONTAMENTOS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DA EXPERIÊNCIA PESSOAL AO CHAMAMENTO PÚBLICO

Marcelo Noriega Pires

**DOI 10.22533/at.ed.7652127011**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

A POLÍTICA HIGIENISTA E A FORMAÇÃO DOS “CORPOS DÓCEIS” A PARTIR DO AMBIENTE ESCOLAR

Márcia Maria de Medeiros

Mariane da Silva Costa

Luiz Alberto Ruiz da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.7652127012**

### **CAPÍTULO 3..... 21**

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Gonçalo do Nascimento

Francisca Valquiria Alves Dias

Hallyson Pontes Liberato Dias

Juliana Barbosa Silva

Lyanna Lourdes Lima Leal

Maria Marina Dias Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.7652127013**

### **CAPÍTULO 4..... 25**

LA MIRADA DE LA COMPLEJIDAD EN LAS INTERVENCIONES PROFESIONALES

Mónica De Nicola

María Elena Aradas Díaz

Julieta Lázzari

Adhemar Pascuale

Anabela Farias

Blas Aseguinolaza

**DOI 10.22533/at.ed.7652127014**

### **CAPÍTULO 5..... 38**

CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS TEORIAS E PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Stênio Severino da Silva

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lucia Rizzi Marcom

Paulo Roberto Dalla Valle

Solange Janete Finger

Fernanda Corrêa Garcia

**DOI 10.22533/at.ed.7652127015**

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>49</b>
A LITERATURA E O DESVELAMENTO DO COTIDIANO ESCOLAR: A PARTIR DO OLHAR DA MULHER DE CORPO NEGRO	
Luiz Carlos de Sá Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7652127016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>59</b>
SENTIDO DE LA ESCUELA DESDE LAS EXPERIENCIAS EN EL BACHILLERATO RELATOS DE VIDA DE LOS ESTUDIANTES	
Diego Fernando Acevedo León	
Nohora Elisabeth Alfonso Bernal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7652127017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>72</b>
ESCOLA PARQUE ANÍSIO TEIXEIRA DE CEILÂNDIA: PROJETO INOVADOR PARA OS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA	
Edna Mara Corrêa Miranda	
Mayrla Pereira Sena Cordeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7652127018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
REAL-LIFE-ALIKE TEACHING IN INFORMATION AND COMMUNICATIONS TECHNOLOGIES (ICT) WITHIN THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA (EHEA)	
Mabel Pontón	
Amparo Herrera	
Franco Ramírez	
Almudena Suárez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7652127019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>98</b>
ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA A ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	
Maria Cecília Fonçatti	
Andressa Florcena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76521270110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: EM CENA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO	
Lidnei Ventura	
Roselaine Ripa	
Gustavo José Assunção de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76521270111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
EXERCÍCIOS DE LEITURA E DE ESCRITA: CHEGAR ÀS PRÓPRIAS PALAVRAS	

## ATRAVESSANDO O TEXTO DE FILOSOFIA COM IMAGENS

Paula Ramos de Oliveira  
Edileia Pereira dos Santos  
Denis Domeneghetti Badia

**DOI 10.22533/at.ed.76521270112**

## **CAPÍTULO 13..... 124**

### DOMINÓ DO CONHECIMENTO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Antonio Pancrácio de Souza  
Flaviane Ramos Marins

**DOI 10.22533/at.ed.76521270113**

## **CAPÍTULO 14..... 133**

### MALA VIAJANTE: UMA EXPERIÊNCIA LEITORA A SER CONTADA

Aline Bezerra Martins  
Bruna Gonçalo do Nascimento  
Francisco Gomes de Souza  
Talita Sâmela Silva de Oliveira Barroso  
Viviane Fernandes Lima  
Maria Marina Dias Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.76521270114**

## **CAPÍTULO 15..... 138**

### DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA DISCIPLINA DE FÍSICA

Sandro Aparecido dos Santos  
Franciele Cristiane de Oliveira Costa Alves da Luz

**DOI 10.22533/at.ed.76521270115**

## **CAPÍTULO 16..... 145**

### ESPERANÇAR COM O ROCK: PROCESSOS EDUCATIVOS NA PRÁTICA SOCIAL DO ROCK ENTRE MÚSICOS DA CIDADE DE SÃO CARLOS

Mariel Perez Pino  
Ilza Zenker Leme Joly

**DOI 10.22533/at.ed.76521270116**

## **CAPÍTULO 17..... 156**

### LA ORIENTACIÓN POST UNIVERSITARIA COMO HERRAMIENTA VEHICULAR PARA LA INSERCIÓN LABORAL

Ruth Garcia Llave

**DOI 10.22533/at.ed.76521270117**

## **CAPÍTULO 18..... 163**

### REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 E 2 EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Wagner Alexandre Pereira da Silva  
Reginaldo de Lima Santos  
Artur Felipe de Souza Lins

Marco Antonio Chalita

**DOI 10.22533/at.ed.76521270118**

**CAPÍTULO 19..... 172**

JUST IN TIME TEACHING: PRÁTICA PEDAGÓGICA A SER IMPLEMENTADA NO  
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

Renato Hallal

Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro

**DOI 10.22533/at.ed.76521270119**

**CAPÍTULO 20..... 180**

LOS PROCESOS COGNITIVOS EN LA ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN  
INTERDISCIPLINARIA. EL CASO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO EN MÉXICO

Gustavo Adolfo León Duarte

Fernanda Esqueda Villegas

**DOI 10.22533/at.ed.76521270120**

**CAPÍTULO 21..... 192**

UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COMO MONITOR DA DISCIPLINA DE  
TERMODINÂMICA

Vitória Ricardo da Rocha

Ramon de Lima Vila Nova

**DOI 10.22533/at.ed.76521270121**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 195**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 196**



# CAPÍTULO 10

## ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA A ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

*Data de aceite: 25/01/2021*

*Data de submissão: 30/10/2020*

### **Maria Cecília Fonçatti**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP/FCT)  
Presidente Prudente - SP  
<http://lattes.cnpq.br/1720999685990710>

### **Andressa Florcena**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)  
Três Lagoas - MS  
<http://lattes.cnpq.br/1549002234135252>

Trabalho publicado originalmente nos anais do “II Congresso Internacional de Educação da UNOESTE - “A pesquisa em educação e os seus impactos no desenvolvimento humano”.” realizado em 2019 pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), sendo revisto e enviado para publicação, neste livro em Outubro de 2020.

**RESUMO:** O artigo trata da política curricular nacional proposta pelo Ministério da Educação (MEC) e seu objetivo é compreender como se deu a contribuição dos professores na fase de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi levado em conta o conceito de ciclo de políticas de Stephen Ball para análise das interações discursivas na formulação do documento, focando nos momentos em que os professores puderam participar e nas críticas

apresentadas sobre tal processo. A metodologia constou de análise de pesquisas que retratam a forma de elaboração da política e de documentos do MEC. Observou-se que os professores foram convocados a participar de forma consultiva, exercendo uma participação regulada no sentido de apenas legitimar a produção do currículo elaborado pelos experts, mantendo-os sem efetivo poder de decisão, desvalorizando seus saberes profissionais. Concluiu-se que, para que possam, de fato, se sentirem colaboradores, devem estar no centro das discussões e da elaboração dos currículos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Curricular. Reformas Educativas. Base Nacional Comum Curricular. Ciclo de Políticas.

### ANALYSIS OF TEACHERS' CONTRIBUTION TO THE ELABORATION OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE

**ABSTRACT:** This article talks about a national curricular policy proposed by the Ministério da Educação (MEC) and aim to understand how teachers contributed to the elaboration of the National Common Curricular Base (BNCC). Stephen Ball's concept of the policy cycle were considered in the analysis of the discursive interactions that occurred in the formulation of the document, focusing on the moments that teachers could participate and in the criticisms presented about the process. An analysis of researches that picture the policy elaboration and documents presented by MEC was made. The results shows that the teachers were invited to

participate in a consultative manner, exercising a regulated participation only to legitimize the curriculum elaborated by the experts, keeping them without effective decision-making power, devaluing their professional knowledge. It was concluded that teachers would feel like they contribute if they were put in the center of the discussion and elaboration of the curricula.

**KEYWORDS:** Curricular Policy. Educational Reforms. National Common Curricular Base. Policy Cycle.

## 1 | INTRODUÇÃO

A proposição de uma Política Curricular Nacional para Educação Básica está fundamentada e assegurada na Constituição Federal brasileira, no artigo 210, quando estabelece que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Assim o debate sobre a necessidade de fixar e revisar as diretrizes curriculares foi retomado, sobretudo, com a promulgação da lei nº 13.005/ 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual se determina como meta a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Ao centralizar as decisões e minimizar a oportunidade de participação, os saberes disciplinares e curriculares situam-se numa posição de exterioridade em relação ao corpo docente, quer dizer, são produzidos e sistematizados por especialistas ou pesquisadores, e os professores não dominam o processo de produção e validação, assumindo, a princípio, a posição de receptores desse conhecimento.

Isso não difere da forma como tem sido elaborada e implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em uma reunião promovida pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime<sup>1</sup>), em Brasília, antes das discussões acerca da base se iniciarem, Alves (2014, p.1478) expõe que o representante da Fundação Lemann disse não ser difícil “[...] pensar uma BNC<sup>2</sup> porque basta que ela seja “clara e objetiva” para que os professores a cumpram”. Evidencia-se, assim, a conduta de associar o papel do professor ao de executor de situações elaboradas por especialistas, o que é corroborado pelo fato de ter sido criada uma Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular, instituída pela Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, cuja finalidade era “[...] produzir documento preliminar da Proposta da Base Nacional Comum Curricular bem como produzir relatório consolidando os resultados da discussão pública para entrega ao Conselho Nacional de Educação - CNE [...]”. Tal comissão foi composta por

116 membros indicados pelo Conselho Nacional de Secretários (CONSED<sup>3</sup>) e pela Undime,

1 A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. Tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social. Disponível em: <https://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime>. Acesso em: 22 out. 2019.

2 Alves (2014) se refere em seu texto à uma Base Nacional Comum, a qual identifica pela sigla BNC.

3 Fundado em 1986, o CONSED é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, e tem por finalidade promover a inte-

como determinado pela Portaria supracitada, dentre os quais estavam

[...] professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação. (BRASIL, 2015).

Triches e Aranda (2018, n.p.) afirmam que “ao atribuir a esses dois órgãos a função da criação da BNCC, é possível compreender quais as vozes que foram ouvidas e quais interesses foram atendidos no processo de elaboração do documento da BNCC”, uma vez que os sujeitos que representam o CONSED e a Undime, são em sua maioria, os mesmos integrantes da Fundação Lemann (TRICHES, ARANDA, 2018, n., p.). O desdobramento dessa configuração repercute em projeto de educação voltado à formação profissional aligeirada reduzindo o ensino à noções básicas nas áreas de conhecimentos específicos destituindo a possibilidade de formação ampla e desenvolvimento pleno aos estudantes das escolas públicas.

Diante disso, esse artigo tem como finalidade compreender como se deu a contribuição dos professores para a elaboração da BNCC. A produção de conhecimento acumulada a despeito da etapa de formulação da BNCC envolve, em sua maioria, até a etapa de elaboração da BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental na qual a forma de participação docente foi reduzida e controversa. Ademais têm-se a possibilidade de aprofundar o debate trazendo a finalização do processo de formulação, o contexto da elaboração do texto e a necessária retrospectiva desse processo para encaminhamentos ao contexto da prática, momento em que as escolas e redes de ensino se articulam para interpretar o documento.

## 2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa com estudo de abordagem documental e bibliográfico recorrendo a pesquisas, documentos e legislações que retratam a fase de formulação do referido texto da política curricular. Conforme Gil (1991, p. 48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” enquanto que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1991, p. 51) tais como os documentos e legislações aqui analisados.

Assim, primeiramente é apresentado o ciclo de políticas proposto inicialmente por Stephen Ball, sobretudo a fase denominada de Formulação. Em seguida, apresentam-se

---

gração das Secretarias visando o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/consed/>. Acesso em: 22 out. 2019.

as etapas de formulação da BNCC com base nas informações organizadas por Triches e Aranda (2018) e aquelas divulgadas<sup>4</sup> pelo Ministério da Educação (MEC); assim como as críticas feitas a esse processo, principalmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Associação Brasileira de Currículo (ANPED; ABdC, 2015) e por Carvalho e Lourenço (2018).

### 3 | A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES PARA A FORMULAÇÃO DA BNCC

Uma das formas de analisar uma política é recorrendo à abordagem dos ciclos de política que de modo geral compreendem que uma política “no plano ideal” apresenta as seguintes fases: “construção da agenda, formulação de políticas, implementação de políticas e avaliação de políticas” (VIANA, 1996, p. 6).

Na perspectiva de análise aqui adotada, as fases do ciclo de políticas que correspondem à formulação e implementação não se resumem à prescrição e cumprimento respectivamente, logo, para Ball e Bowe (1992<sup>5</sup> apud MAINARDES, 2006) o contexto de produção do texto da política pode ser investigado tendo como base os seguintes questionamentos: Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para a participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos? Houve a intenção de buscar consensos na construção do texto? Como eles foram atingidos? Com base nestes questionamentos será debatida a forma de participação dos professores no processo de elaboração da BNCC ressaltando que as reformas curriculares devem repensar o modo como ela ocorre, de maneira a contemplar a realidade das escolas e os projetos, em curso, de sociedade e de educação nos quais os professores acreditam.

### 4 | ETAPAS DE FORMULAÇÃO DA BNCC E AS CRÍTICAS FEITAS A ELAS

Os fatos aqui relatados sobre as versões da BNCC e os momentos de discussões (debates e seminários) têm como base as informações organizadas por Triches e Aranda (2018), as que foram divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) em páginas da internet<sup>6</sup>, bem como as que se encontram em documentos oficiais.

A primeira versão foi elaborada pela Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular e disponibilizada para consulta pública em 16 de setembro de 2015. A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE, 2015, n.p.), defendeu que essa discussão envolvesse “[...] os

4 Disponíveis em: <http://historiadabncc.mec.gov.br> e <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>. Acesso em: 04 out. 2019.

5 BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

6 Disponíveis em: <http://historiadabncc.mec.gov.br> e <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>. Acesso em: 04 out. 2019.

agentes educativos diversos, sobretudo das instituições formadoras e contratantes dos profissionais da educação básica”. De fato, do dia 2 de dezembro de 2015, denominado o Dia Nacional da Base, até 15 de dezembro do mesmo ano ocorreram as discussões sobre este documento preliminar nas escolas de todo o país que foram efetivadas através do portal on-line do MEC. Segundo o próprio MEC, foram recebidas mais de 12 milhões de contribuições, quando analisamos as relações parte/todo, apesar do portal registrar 45.049 escolas participantes, o censo de 2016 revela que o País conta com 186,1 mil escolas de Educação Básica, ou seja, somente um quarto das escolas acessou o portal e registrou participação conforme (TRICHES; ARANDA, 2018). De 16 de setembro de 2015 até 15 de março de 2016 ocorreram as análises dessas contribuições, tendo sido este o primeiro ciclo de debates.

A segunda versão da BNCC foi disponibilizada em 3 de maio de 2016. Ocorreram, então, seminários estaduais de junho a agosto do mesmo ano que visavam reunir “[...] professores em efetivo exercício do magistério, representantes de movimentos estudantis do Ensino Médio, profissionais vinculados à educação básica e demais interessados” (SÃO PAULO, 2016) para que houvesse propostas de modificações ao texto. Carvalho e Lourenço (2018), ao relatarem o contexto das contribuições realizadas pelos professores de Serra/ES, afirmam que além de ocorrerem no seu horário de trabalho, não foi aberto espaço para debate. No contexto investigado pelos autores, aproximadamente 40% dos professores “[...] apesar de presentes não se pronunciaram oralmente ou por escrito [...]” (CARVALHO; LOURENÇO, 2018, p.249). O CNE (BRASIL, 2017b, p.37) expõe que nessas audiências “o documento foi apresentado por componentes curriculares e os participantes [...] concordaram ou discordaram do que lhes foi apresentado”, não colocando em debate o sentido do que foi proposto (ANPED; ABdC, 2015). Sendo assim, “[...] continuou sendo uma forma tênue de participação” (BRASIL, 2017b, p.37) que provocou uma falsa sensação de obra coletiva (ANPED; ABdC, 2015). Cada seminário gerou um relatório que foi consolidado em um relatório final pelo CONSED e pela Undime e encaminhado ao Comitê Gestor do MEC, encerrando-se as discussões da segunda versão.

A terceira versão começou a ser elaborada em agosto de 2016 e foi entregue para o CNE em 6 de abril de 2017, tendo como foco a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que as discussões para a reforma do Ensino Médio não haviam sido encerradas. No Parecer CNE/CP nº15 de 2017, as conselheiras Márcia Angela da Silva Aguiar e Malvina Tania Tuttman justificam seus votos contrários ao documento com base na exclusão da etapa do Ensino Médio, pois afirmam que isso representou uma ruptura da educação básica (BRASIL, 2017b). A formulação desta versão não contou com a participação dos professores, pois “[...] o Comitê Gestor foi o responsável pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da “segunda versão” e que deu origem à “terceira versão”” (BRASIL, 2017b, p.34), o que, segundo Mariuzzo e Morales (2018), compromete a legitimidade do documento.

Entre os meses de julho e setembro de 2017, houve um ciclo de audiências públicas que ocorreram nas cinco regiões do Brasil. Elas contaram “[...] com grande participação de representantes de instituições educacionais e organizações profissionais, bem como de pessoas interessadas na discussão do tema [...]” (BRASIL, 2017b, p.34). Alguns dos pontos que mais se repetiram nas audiências foram: a falta de democracia no processo de construção da BNCC e a participação de empresas na construção do documento (NOVA ESCOLA, 2018).

Em 20 de dezembro de 2017 a BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi homologada pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho, sendo instituída em 22 de dezembro de 2017 através da Resolução CNE/CP nº2 e, somente no ano seguinte, em 2 de abril de 2018, foi entregue a terceira versão da BNCC para o Ensino Médio. Isso causou uma sensação de que a educação básica não está efetivamente articulada no projeto proposto e que, portanto, poderia ser tratada em partes. Houve um outro processo de audiências públicas que teve “[...] caráter exclusivamente consultivo [...]” (BRASIL, 2018) para colocar a BNCC em debate. Tais audiências ocorreram no período de maio a setembro de 2018, sendo que em cada mês ocorreu em uma região do país. Estiveram presentes “[...] órgãos, entidades, associações e especialistas ligados à educação, convidados pelo CNE, além do público geral interessado” (BRASIL, 2018), como, por exemplo, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) e a Sociedade Brasileira de Computação, que compareceram para defender demandas específicas dos temas que apoiam (NOVA ESCOLA, 2018). No dia 02 de agosto do mesmo ano, foi feito mais um Dia Nacional da Base, quando as escolas puderam discutir sobre essa última versão e preencheram um formulário online com sugestões de melhorias ao documento. Por fim, em 14 de dezembro de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou a BNCC para o Ensino Médio.

## 5 | ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA BNCC

O processo que permeou a elaboração do texto da BNCC de 2015 a 2018 envolveu diferentes agentes com poder de participação e decisão muito superior quando comparado ao corpo docente que atua nas escolas. Vale mencionar algumas mudanças significativas, nesse período de formulação da BNCC, no país, como o impeachment da presidente Dilma Roussef e quatro trocas do representante pela pasta do Ministério da Educação. Assim, observa-se que o contexto de elaboração do texto da BNCC produziu um processo de formulação pseudo-democrático.

Quando se trata da análise da formulação de políticas públicas, de acordo com o ciclo de políticas estipulado por Ball e Bowe (1992<sup>7</sup> apud MAINARDES, 2006) convém analisar

7 BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

se há realmente interesse em produzir consensos na produção do texto da política, pois observa-se que as estratégias de silenciamento dos professores e a aparente participação apenas evidenciam o protagonismo dos grupos empresariais<sup>8</sup> nas definições do cenário educacional. Além disso, não há como deixar de destacar as influências macro a nível internacional do Banco Mundial e da OCDE nas políticas públicas voltadas à educação em nosso país.

Apesar de Eduardo Deschamps, presidente do CNE em 2017, afirmar que “[...] poucos documentos na história do Brasil tiveram participação tão maciça de contribuições como o da BNCC” (BRASIL, 2017a), do ponto de vista de representantes de entidades científicas o diálogo não foi suficiente (MARIUZZO; MORALES, 2018). Isso mostra que os professores foram tratados, novamente, como meros coadjuvantes na proposição do currículo e aponta a necessidade de repensar esse papel, abrindo novos caminhos para o debate, dando importância e reconhecimento aos currículos que já são por eles praticados (MARCHELLI, 2014; SÜSSEKIND, 2014), pois “as políticas de currículo não devem só dar voz aos professores, mas devem também ouvi-los” (SANTOS, 2018, p.141). Nesse processo, resta ainda analisar o contexto da prática e o processo de implementação da política curricular que certamente não se dará de modo ingênuo ou neutro por parte dos profissionais envolvidos.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar entender a política nacional curricular na educação básica brasileira, estipulou-se como objetivo compreender como se deu a contribuição dos professores na fase de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nas análises realizadas optou-se por um olhar amplo que contemplasse a investigação e inquérito a despeito das influências locais, regionais, nacionais e internacionais dos diferentes agentes envolvidos no processo, bem como as questões políticas e econômicas ocorridas como subsídio de compreensão do tempo presente.

A forma de contribuição delegada aos professores certamente não pautou-se pelo protagonismo e poder decisório que seriam adequados a uma mudança curricular de tamanha magnitude e impacto na educação. Contudo, no contexto de prática, onde redes de ensino, gestores e professores estarão implementando a BNCC, impõe-se o desafio de construir espaços dialógicos pautados por princípios democráticos, no ideal coletivo de educação de qualidade e que refute a ideia do currículo de caráter impositivo.

Nesse sentido, o que se quer afirmar é que, embora os contextos de produção e influência da política em nível macro (Ministério da Educação) e em nível da política local (sistemas de ensino e escolas) não estejam em princípio alinhados, do ponto de vista

8 Instituições financeiras e empresas- Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras- além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Fundação Maria Célia Souto Vidigal, Instituto Inspirate, CENPEC, Todos pela Educação [...]. Fonte: Triches e Aranda (2018).

dos consensos produzidos acerca dos rumos para a educação, isso não se configura em impedimentos de espaços para reinterpretção do texto capazes de permitir mudanças e de instituir outras relções com a prtica nas escolas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3 p. 1464 – 1479, out./dez. 2014.

ANPAE. **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2015. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/294-base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 05 out. 2019.

ANPED; ABdC. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. Ofício nº 01/2015/ GR. Rio de Janeiro, 09 nov. 2015. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of\\_cio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf). Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 114, p. 16, 18 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Última audiência sobre Base Nacional Comum Curricular reúne educadores e gestores em Brasília**. Brasília, n.p., 11 set. 2017a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/54351-ultima-audiencia-sobre-base-nacional-comum-curricular-reune-educadores-e-gestores-em-brasilia>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 15/2017**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Regimento das audiências públicas**. Torna público o Regimento das Audiências Públicas, destinadas a colher subsídios e contribuições para a elaboração da norma instituidora da Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CARVALHO, J. M.; LOURENÇO, S. G. O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar. **Pro - Posições**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 235-258, mai./ago. 2018.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006.

MARCHELLI, P. S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1480-1511, out./dez. 2014.

MARIUZZO, P.; MORALES, A. P. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio carece de diálogo com a sociedade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n 2, p. 6-9, abr./jun. 2018.



PEREIRA, T. V.; OLIVEIRA, V. B. de. Base Nacional Comum: A autonomia docente e o currículo em debate. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 24-42, 2014.

NOVA ESCOLA. **Audiência da BNCC do Ensino Médio: “Os senhores são especialistas, mas nós temos a prática”**. 14 set. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12560/audiencia-da-bncc-do-ensino-medio-os-senhores-sao-especialistas-mas-nos-temos-a-pratica>. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTOS, M. J. C. dos. O currículo de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental na base nacional comum curricular (BNCC): os subalternos falam? **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 132-143, jan./abr. 2018.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Gestão da Educação básica. Chamada Pública: Seminário Estadual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2016. Seção 1, p.188.

SÜSSEKIND, M. L. AS (IM)POSSIBILIDADES DE UMA BASE COMUM NACIONAL. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1464 – 1479, out./dez. 2014.

TRICHES, E. de F.; ARANDA, M. A. de M. O percurso de formação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). In: SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, 3. **Anais Eletrônicos**. Dourados: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aplicability 84

### B

BNCC 2, 5, 10, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 136, 164, 165, 168

### C

Cálculo diferencial e integral 172, 173, 176, 178, 179

Classe trabalhadora 9, 16, 43, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 80, 81

Competition 84

Consumption 26

Cotidiano escolar 49, 53, 114, 132

### D

Desigualdade social 49, 73

Dificuldades de aprendizagem 137, 138, 141, 142, 144

Direitos infanto-juvenis 124

Distribution 26, 87, 93

Docente 59, 106, 132, 161, 162, 163

Doença 12, 16

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 57, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 179, 181, 195

Educação do campo 138, 139, 140, 142, 143, 144

Educação em saúde 12, 14, 19

Educação física 76, 77, 80, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Educação profissional e tecnológica 38, 39, 42, 43, 44, 48

Educação sanitária 12, 14, 19

Educación 20, 37, 59, 62, 70, 71, 162, 179, 180, 184, 190, 191

Emociones escolares 59, 67

Empreendedorismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10

Ensino médio 1, 3, 4, 5, 9, 11, 44, 50, 57, 102, 103, 105, 106, 138, 139, 141, 142

Ensino público 1, 4, 10, 11, 44  
Escola Parque Anísio Teixeira 72, 73, 76, 80, 81, 82  
Escrita 17, 53, 74, 117, 118, 119, 120, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 154  
Estágio supervisionado 163, 165  
Exercício 15, 40, 42, 46, 54, 80, 100, 102, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 136, 176  
Experiência acadêmica 192  
Experiências 2, 22, 23, 48, 79, 80, 107, 108, 109, 113, 134, 163, 165, 166, 168  
Experiencias escolares 59, 60, 61, 62, 64, 70, 71

## **F**

Filosofia 49, 58, 74, 83, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 195  
Física 16, 28, 53, 65, 76, 77, 80, 124, 127, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 174  
Food 26  
Formação inicial 21, 22, 23, 144

## **G**

Gestão democrática 107, 108, 112, 114, 115  
Grêmio estudantil 107, 111, 113, 115

## **I**

Imagens 117, 119  
Inovação 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83  
Interdisciplina 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191  
Investigación 59, 60, 61, 70, 97, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191

## **J**

Just in time teaching 172, 173, 174, 175, 178, 179

## **L**

Leitura 54, 110, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 165, 175, 176  
Literatura 6, 7, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 71, 77, 129, 134, 173, 182, 183  
Lúdico 124, 129, 130

## **M**

Metodologia ativa 172, 173, 174, 178  
México 71, 180, 181, 183, 184

Michel Foucault 12, 15  
Modernidade 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 75  
Monitoria 192, 193, 194  
Motivation 84, 85, 86, 96

## **N**

Neoliberalismo 1, 2, 5, 6, 11

## **P**

Pedagogia crítica 38  
Posgrado 180, 183, 184, 185, 190, 191  
Práticas sociais 145, 147  
Problematização 1, 2, 3, 4, 7, 9, 53, 134, 175  
Processing 26  
Processos educativos 45, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154  
Production 26, 72, 96  
Projeto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 21, 23, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 115, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136  
Projeto pedagógico 76, 107, 108, 110

## **R**

Rede de proteção 124, 127, 131  
Relaciones escolares 59, 60, 62, 63, 64, 69  
Residência pedagógica 21, 22, 23, 133, 134, 136, 137  
Rock 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

## **S**

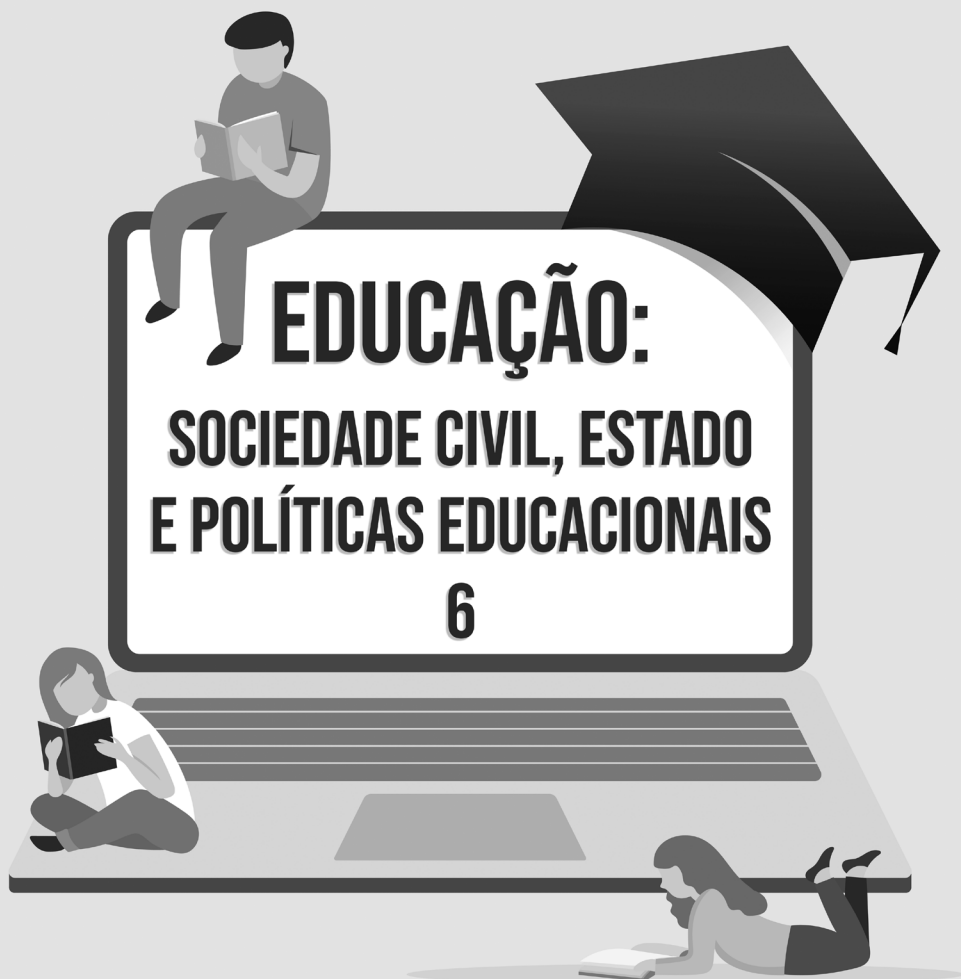
Saúde 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 40, 46, 124, 125, 126, 131, 132, 140  
Simposium 84

## **T**

Teorias de ensino e aprendizagem 38  
Termodinâmica 192, 193, 194  
Trabalho e educação 38, 48

## **V**

Vivencias juveniles 59, 60, 69



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2021



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2021